

Para banqueiros, acordo vai facilitar negócios do Brasil no exterior

por Ângela Bittencourt
de São Paulo

Há consenso entre alguns dos principais banqueiros do País de que o acordo firmado, ontem, entre o governo brasileiro e os credores internacionais produzirá efeitos decisivos ao Brasil. A expectativa é de que a imagem do País seja beneficiada rapidamente no exterior; que o relacionamento com a comunidade financeira internacional amplie a capacidade de financiamento de prazos mais longos ao setor produtivo; uma redução nos custos das linhas internacionais que assegurem o comércio exterior; e a criação de um mercado secundário promissor para os títulos brasileiros desfogando as instituições que atravessaram um longo período aprisionadas ao MYDFA.

Alcides Tápias, presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), classificou como extremamente importante o acordo, uma vez que ele recoloca o Brasil na fronteira dos negócios internacionais.

Tápias é um dos executivos que acreditam na redução de custos para quem depende de relacionamento com o exterior. "Daqui para a frente dificilmente serão adicionadas taxas de risco, que envolvem o País como um crédito soberano. Além disso, de forma indireta o acordo demonstra que as decisões econômicas estão tomando um sentido correto, que os bancos internacionais consideram pelo menos adequado".

VITÓRIA INDISCUTÍVEL

Leo Wallace Cochrane Jr., presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNIF), acrescenta que o acordo deve ser visto, também, como um passo importante para o governo como um todo. "Querendo ou não devemos admitir que ele foi uma vitória da atual administração."

Este banqueiro concorda com Tápias que o comércio exterior e os investimentos estrangeiros deverão ser fortalecidos. Na sua opinião, o acordo pode não significar retorno maciço e instantâneo de bancos estrangeiros ao País. No entanto, destaca, para os investidores em geral este acerto é um sinal de grande importância e confiança na política econômica.

O presidente do Itaú, Carlos da Câmara Pestana, embora sem detalhes do acordo anunciado ontem, adiantou que ele "não só normaliza a questão da inadimplência do Brasil, que afeta sua imagem, como normaliza um fluxo de poupança".

Pestana pondera que o acordo não é condição sufi-

ciente para garantir financiamento ao desenvolvimento do País. É condição indispensável, porém. "O entendimento confirma que há consenso de que o Brasil caminha para a estabilização. O fato de organismos internacionais darem apoio para as garantias é outro sinal de um olhar positivo e o investimento privado passa a ter uma posição certamente diferenciada num novo ciclo de retomada de crescimento."

RELAÇÕES RESTABELECIDAS

Álvaro de Souza, diretor-presidente do Citibank no Brasil — subsidiária do principal credor privado do País —, considera o fechamento do acordo um passo fundamental para a normalização das relações com o exterior. "Acredito que de imediato haverá um impacto muito benéfico sobre a área de comércio. Apesar de o Brasil sempre ter honrado este financiamento, o acordo poderá, inclusive, trazer de volta ao País bancos que se afastaram ao longo do tempo."

Mais que isso, Souza observa que o fato de o acordo embutir sete opções de títulos da dívida criará um mercado secundário distinto e de perspectiva de rentabilidade atraente. "Os títulos poderão garantir arbitragens, inclusive formando paridade entre eles, que permitirão que o País seja de fato cotado no exterior. Hoje, não existe parâmetro técnico que justifique o movimento dos papéis da dívida brasileira."

O piloto do Citi no Brasil acrescenta, ainda, que este acordo é comparativamente muito melhor que o firmado com outros países. Ele destaca, como exemplo, o fato de o Brasil poder depositar as garantias ao longo do tempo junto aos credores.

DEFESA ANTIGA

Fernão Bracher — ex-presidente do Banco Central e atual presidente do BBA Creditanstalt —, sem ter conhecimento de detalhes específicos do acordo, acredita que ele deve ser o melhor possível, seguindo o parâmetro do Plano Brady. Ele apenas lembrou que o Plano Brady — que incorpora de forma substantiva a postura do Brasil — já era defendido em setembro de 1987.

Há quase cinco anos, Bracher era o negociador da dívida externa brasileira e defendeu com o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, o desconto sobre a dívida do País. "Num primeiro momento a proposta pareceu precipitada, mas logo depois os Estados Unidos encamparam a idéia e apoiaram o México no lançamento de títulos com desconto", finaliza.